

1.16.1. Não há 03 licitantes classificados como ME ou EPP aptos a comercializar tais equipamentos, conforme estabelece o Art. 10, inc. I, do Decreto nº 8.538/2015, *ipsis litteris*:

"Art. 10. Não se aplica o disposto nos art. 6º ao art. 8º quando:

I - não houver o mínimo de três fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;" (inexiste grifo no original)

1.16.2. O estabelecimento de cota gera prejuízo para o conjunto ou complexo do objeto, consoante normatiza o Art. 8º, do mesmo decreto supramencionado:

"Art. 8º. Nas licitações para a aquisição de bens de natureza divisível, e desde que não haja prejuízo para o conjunto ou o complexo do objeto, os órgãos e as entidades contratantes deverão reservar cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

DA COMISSÃO DE ANÁLISE TÉCNICA

1.17. As amostras serão analisadas nos moldes dos itens 1.18 e 1.19 e respectivos subitens, por comissão de análise técnica, indicada pela Coordenação-Geral de Segurança e Operações Penitenciárias (CGSEG) e nomeada por autoridade competente, cabendo-lhes análise das amostras, documentação, análise de consonância às especificações contidas neste Termo de Referência e, em momento futuro, elaboração de relatório minucioso, com fito de subsidiar o recebimento provisório e definitivo.

1.17.1. Impende registrar que as análises serão **públicas**, abertas aos interessados, com a participação imprescindível de no mínimo:

- I - Representante da licitante;
- II - Comissão nomeada;
- III - Pregoeiro.

1.17.2. Os procedimentos serão realizados nas dependências da Contratante, em Brasília/DF.

1.17.3. Caberá à comissão designada rejeitar, no todo ou em parte, qualquer bem que não esteja de acordo com as exigências e especificações deste Termo de Referência, ou aquele que não seja comprovadamente original e novo, assim considerado de primeiro uso, com defeito de fabricação ou vício de funcionamento.

1.17.4. Incumbe à comissão confeccionar relatório com registro fotográfico - de foto panorâmica e individual - e de vídeo de todos os objetos (poderão ser solicitados e incluídos quantos tipos de fotos/vídeos acharem pertinentes).

1.17.5. A Comissão deverá acostar aos autos todos os documentos imprescindíveis para habilitar ou desclassificar a licitante.

DA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS - ESPARGIDORES

1.18. A licitante vencedora de cada item/grupo deverá apresentar amostras na licitação dos espargidores e dos coldres, garantindo de forma fiel que o seu produto atenda o constante no descritivo técnico.

1.18.1. Após a habilitação, a licitante que restar classificada em primeiro lugar será convocada para apresentação das amostras. O material será encaminhado para análise técnica por comissão nomeada pela autoridade competente. **A comissão terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis**, após o recebimento, para emissão de parecer, podendo o prazo ser majorado de acordo com a necessidade, conveniência e oportunidade do Departamento.

1.18.2. Todos os custos para a realização dos testes estão inclusos no valor do item/grupo, sendo que, no caso de não conformidade detectada, incumbe a responsabilidade à licitante.

1.18.3. A licitante deverá apresentar amostras em caráter formal de todo o material à equipe técnica do DEPEN conforme estabelecido na especificação. **As amostras devem ser entregues em até 05 (cinco) dias úteis**, após a convocação do pregoeiro, na Sede do Departamento Penitenciário Nacional, situado no Setor Comercial Norte, Quadra 03, Bloco B, Lote 201, Edifício Victória, CEP 70713-020, Brasília/DF, tel: (61) 2025-3525, aos cuidados do Coordenador-Geral de Segurança e Operações Penitenciárias.

1.18.4. A empresa que não atender o disposto acima será desclassificada do certame.

1.18.5. O DEPEN exigirá, da licitante que restar classificada em primeiro lugar, AMOSTRAS compostas por: **02 (dois) espargidores, sendo 01 (um) médio e 01 (um) max de aerosol, e 01 (um) espargidor médio de espuma**, ambos com agente OC, todos com os respectivos coldres;

1.18.6. Da mesma redação do item supra, aplicar-se-á também ao espargidor de agente químico CS, sendo utilizada a mesma sistemática de testes, incumbindo à licitante apresentar as AMOSTRAS de **01 (um) espargidor médio e 01 (um) max de aerosol**.

1.18.7. As amostras deverão ser entregues em embalagens lacradas, identificadas na face externa com o número do pregão, o item/grupo e o nome da empresa licitante, a fim de serem analisadas pela equipe técnica do DEPEN.

1.18.8. A empresa que apresentar amostra em desacordo com as especificações técnicas terá sua amostra recusada.

1.18.9. Em havendo a reprovação da amostra, a empresa deverá apresentar outra, já com as adequações necessárias, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.

1.18.10. A empresa que não atender o disposto acima terá sua amostra recusada definitivamente, sendo desclassificada do certame.

- 1.18.11. A amostra rejeitada ficará à disposição da empresa após análise, pelo prazo de até 30 (trinta) dias, no endereço constante do item 1.18.3, após o qual será considerada abandonada.
- 1.18.12. As amostras aprovadas não serão encampadas no lote de bens destinados à entrega final, pois serão consumidas nos testes de avaliação e, portanto, não serão computadas no quantitativo a ser adquirido.
- 1.18.13. As amostras serão retidas até a entrega definitiva de todos os espargidores para fins de comparação com o material a ser recebido.
- 1.18.14. Para fins de avaliação, a comissão observará os seguintes critérios objetivos:
- 1.18.14.1. Todos os espargidores deverão apresentar algum modelo de trava, de modo a não incorrer em acionamento involuntário;
 - 1.18.14.2. Capacidade dos recipientes respeitando as categorias;
 - 1.18.14.3. Recursos de identificação imediata gravados nos produtos, tais como: nomenclatura do produto, número de lote, validade, nome do fabricante, rótulo de risco e indicação do conteúdo;
 - 1.18.14.4. Capacidade de alcance dos espargimentos:
 - 1.18.14.4.1. para os **médios**: o alcance mínimo deve ser de 01 (um) metro, e o máximo, de até 3,5 (três e meio) metros;
 - 1.18.14.4.2. para os **max**: o alcance deve ser de 05 (cinco) metros.
 - 1.18.14.5. Teste de inflamabilidade: nesse teste, a solução lacrimogênea espargida, bem como o seu propelente, em contato com uma chama simples, não deve inflamar, tampouco provocar propagação de chama de qualquer tamanho, ou seja, deve ser **100% não inflamável**. Este teste será realizado em condições noturnas ou de baixa luminosidade para melhor visualização.
- 1.18.15. Os coldres deverão permitir o porte no cinto operacional. Esta alça deve comportar o cinto do modelo do tipo N.A ou correspondentes;
- 1.18.16. Os coldres deverão possuir sistema de fechamento através de velcro, botão ou encaixe do tipo "clíc";
- 1.18.17. Os coldres deverão ser fornecidos na cor PRETA.

DA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS - GRANADAS

- 1.19. A licitante vencedora de cada item/grupo deverá apresentar amostras na licitação das granadas, garantindo de forma fiel que o seu produto atende o constante no descritivo técnico.
- 1.19.1. Após a habilitação, a licitante que restar classificada em primeiro lugar será convocada para apresentação das amostras. O material será encaminhado para análise técnica por comissão nomeada pela autoridade competente. A comissão terá o **prazo de até 05 (cinco) dias úteis**, após o recebimento, para emissão de parecer, podendo o prazo ser majorado de acordo com a necessidade, conveniência e oportunidade da Contratante.
- 1.19.2. Todos os custos para a realização dos testes estão inclusos no valor do item/grupo, sendo que, no caso de não conformidade detectada, incumbe a responsabilidade à licitante.
- 1.19.3. A licitante deverá apresentar amostras em caráter formal de todo o material à equipe técnica do DEPEN conforme estabelecido na especificação. **As amostras devem ser entregues em até 05 (cinco) dias úteis**, após a convocação do pregoeiro, na Sede do Departamento Penitenciário Nacional, situado no Setor Comercial Norte, Quadra 03, Bloco B, Lote 201, Edifício Victória, CEP 70713-020, Brasília/DF, tel: (61) 2025-3525, aos cuidados do Coordenador-Geral de Segurança e Operações Penitenciárias.
- 1.19.4. A empresa que não atender o disposto acima será desclassificada do certame.
- 1.19.5. O DEPEN exigirá da licitante que restar classificada em primeiro lugar: **O MÍNIMO DE 03 (TRÊS) AMOSTRAS** de cada item constante na tabela ou cada item que a licitante concorreu - a primeira amostra será submetida ao protocolo de teste, logo em seguida uma segunda amostra será submetida ao mesmo teste para se verificar se há concordância de resultado. Caso o resultado da primeira amostra seja divergente da segunda, então haverá a necessidade de uma terceira amostra para se confrontar os resultados divergentes, por isso a necessidade de 03 (TRÊS) amostras. Se o teste da primeira amostra for concordante com o da segunda, a terceira amostra será descartada e devolvida ao licitante.
- 1.19.6. As amostras deverão ser entregues em embalagens lacradas, identificadas na face externa com o número do pregão, o item/grupo e o nome da empresa licitante, a fim de serem analisadas pela equipe técnica do Departamento.
- 1.19.7. A empresa que apresentar amostra em desacordo com as especificações técnicas terá sua amostra recusada e consequentemente será desclassificada do certame.
- 1.19.8. Em havendo reprovação da amostra, a empresa será desclassificada do certame.
- 1.19.9. A amostra rejeitada ficará à disposição da empresa após análise, pelo prazo de 30 (trinta) dias, no endereço constante do item 1.19.3, após o qual será considerada abandonada.
- 1.19.10. As amostras aprovadas não serão encampadas no lote de bens destinados à entrega final, pois serão consumidas nos testes de avaliação e, portanto, não serão computadas no quantitativo adquirido.
- 1.19.11. As amostras serão retidas até a entrega definitiva de todos os instrumentos de menor potencial ofensivo para fins de comparação com o material a ser recebido.
- 1.19.12. Para fins de avaliação, a comissão observará os seguintes critérios objetivos, com supedâneo na norma **NEB/T E-321A, homologada pela Portaria nº 015 - DCT, de 08 de Fevereiro de 2018:**
- 1.19.12.1. Aspecto visual e acabamento;

1.19.12.1.1. Pautado no item 5.3 da Norma acima "A granada deve estar limpa, com a superfície externa isenta de explosivos, óleo, graxa ou de outros materiais estranhos. Deve apresentar acabamento uniforme, com a superfície lisa, isenta de deformações, mossas, rachaduras, trincas, rebarbas, cantos vivos, perfurações, corrosões ou qualquer outro defeito que comprometa a sua segurança ou o seu emprego. Ainda, as granadas devem apresentar identificação do fabricante, do produto (nomenclatura e modelo), lote e validade, de forma indelével e permanente que resista a variação de temperatura, umidade e manuseio"

1.19.12.2. Diferenciação tátil e visual entre granada indoor e outdoor;

1.19.12.3. Combustão completa do agente químico, de modo que não fique resíduo no local;

1.19.12.4. Teste da EOT e tempo de retardo;

1.19.12.5. Fragmentação incompleta do corpo de borracha da granada;

1.19.12.5.1. Em atendimento ao subitem 5.1.3, parte final, da Portaria prolatada pelo EB "[...] qualquer estilhaço com massa igual ou superior a 5g projetado a uma distância maior ou igual a 5m da explosão deve apresentar dureza inferior a 90 shore A";

1.19.12.6. Alteração do trajeto linear ao serem arremessadas;

1.19.12.6.1. Obedecerá a seguinte dinâmica abaixo:

1.19.12.6.1.1. Será demarcada uma reta no chão, com tamanho total de 25 (vinte e cinco) metros, e identificação a cada 05 (cinco) metros;

1.19.12.6.1.2. Colocar-se-á algum objeto para representar o agressor, na marca final da linha;

1.19.12.6.1.3. A granada será arremessada com força e inércia utilizadas trivialmente por um operador de segurança pública, por baixo, no solo;

1.19.12.6.1.4. O limite ideal, *i.e.*, onde a granada deverá detonar, ficará entre 10 (dez) e 15 (quinze) metros longitudinais, com variação de, no máximo, 01(um) metro para mais ou para menos, haja vista o teste ser realizado por uma pessoa de compleição física comum;

1.19.12.6.1.5. Este tem como referência o limite de segurança de 10 (dez) metros de distância de quem esteja a agir de forma subversiva; Aquele, do policial, partindo o lançamento do marco zero;

1.19.12.6.1.6. Informação obtida através das próprias fichas técnicas dos fabricantes.

1.19.12.6.1.7. **A variação máxima lateral será de, no máximo, 04 (quatro) metros para direita ou para esquerda, sem viabilidade de qualquer margem superior;**

1.19.12.6.1.8. **O artefato deverá detonar dentro do retângulo traçado, obedecendo a todos os requisitos estipulados no presente item.**

1.19.12.6.1.9. Em tempo, registre-se que tal modelo foi utilizado pelos servidores deste órgão, com imagens e gravações comprobatórias, compilando Relatório ao final dos testes.

1.19.12.7. Análise de cada item e sua funcionalidade e eficiência.

DA FORMA DE ENTREGA, QUANTITATIVO MÍNIMO POR DEMANDA E VISTORIAS

1.20. Para a contratação inicial, restou definido o percentual de, no mínimo, 30% (trinta por cento) do quantitativo total.

1.20.1. Será assegurado pedido contendo quantitativo mínimo de 10% (dez por cento), de forma escalonada, subtraindo-se do montante anterior, para as demais solicitações, a cargo do Ordenador de Despesas.

1.20.2. O molde será o *suso* mencionado no subitem 1.1.3 deste Termo de Referência.

1.20.3. O prazo de entrega dos bens é de **90 (noventa) dias**, contados do envio da autorização de fornecimento e da autorização do Exército Brasileiro, em remessa parcelada e a critério da Administração, nos seguintes endereços:

<p>Departamento Penitenciário Nacional (SEDE), localizada no SCN Quadra 03 - Bloco B, Lote 120 – Edifício Victória – Asa Norte – Brasília/DF. CEP: 70713-020</p> <p>Responsável pelo recebimento: Coordenação-Geral de Segurança Penitenciária - Telefone (61) 2025-3532</p>
<p>Penitenciária Federal em Campo Grande/MS (PFCG), localizada na Av. Henrique Bertin, 9813, Bairro Jardim Los Angeles - Campo Grande/MS. CEP: 79073-785</p> <p>Responsável pelo recebimento: Chefe do Serviço Administrativo - Telefone: (67) 3378 – 8309</p>
<p>Penitenciária Federal em Catanduvas/PR (PFCAT), localizada na PR 471 - Km 15, Bairro Zona Rural, Catanduvas/PR. CEP: 85470-900</p> <p>Responsável pelo recebimento: Chefe do Serviço Administrativo - Telefone: (45) 3234 – 8011</p>
<p>Penitenciária Federal em Brasília/DF (PFBRA), localizada na Rodovia DF 465 - Km 01, Fazenda Papuda - São Sebastião/DF. CEP: 71686-670</p> <p>Responsável pelo recebimento: Chefe do Serviço Administrativo - Telefone: (61) 2025 - 2305</p>
<p>Penitenciária Federal em Mossoró/RN (PFMOS), localizada RN 015 - km 12, Rodovia Mossoró/Baraúna- Mossoró/RN. CEP: 59600-970</p> <p>Responsável pelo recebimento: Chefe do Serviço Administrativo - Telefone: (84) 3324 – 7517</p>

Penitenciária Federal em Porto Velho/RO (PFPV), localizada BR 364, Sítio Boa Esperança, Lote nº 13, Gleba nº 13 "A", Município de Porto Velho/RO.
CEP 76801-974

Responsável pelo recebimento: Chefe do Serviço Administrativo - Telefone: (69) 3533 – 8601

1.20.4. A entrega dos objetos adquiridos para atendimento do DEPEN deverá ser efetuada em dias úteis, no horário de expediente compreendido entre 08:00h e 17:00h.

1.20.5. A empresa deverá comunicar à contratante, com 72 (setenta e duas) horas de antecedência, a data e o horário previstos para a entrega do objeto.

DA VISTORIA DOS ESPARGIDORES

1.20.5.0.1. No recebimento dos espargidores deverá ser realizada uma inspeção visual e manual, para verificação dos seguintes defeitos críticos:

- 1.20.5.0.1.1. Ausência dos dispositivos de segurança e de acionamento conforme descrição técnica, a exemplo de inexistência do botão acionador;
- 1.20.5.0.1.2. Conferência dos limites estabelecidos nas dimensões, por categoria, dos espargidores e do peso líquido do conteúdo, pesando-se por amostragem um dispositivo cheio e depois totalmente descarregado (vazio) dos espargidores;
- 1.20.5.0.1.3. Espargidores sem identificação comercial ou sem numeração e/ou data de validade impressa;
- 1.20.5.0.1.4. Material sem a devida nota fiscal e/ou sem a guia de tráfego com a respectiva ficha de emergência;
- 1.20.5.0.1.5. Quantidade diferente à solicitada para o objeto;
- 1.20.5.0.1.6. Constituição diversa da solicitada.

DA VISTORIA DAS GRANADAS

1.20.5.0.2. No recebimento dos produtos contratados deverá ser realizada uma inspeção visual e manual para verificação dos seguintes defeitos críticos:

- 1.20.5.0.2.1. Inexistência de diferenciação tátil e visual entre granadas indoor e outdoor;
- 1.20.5.0.2.2. Ausência de estruturas de iniciação como Espoleta de Ogiva de Tempo e/ou Cordão de tracionamento nas granadas explosivas e de emissão ou lacrimogênea;
- 1.20.5.0.2.3. Artefatos sem identificação ou sem pictograma pertinente;
- 1.20.5.0.2.4. Fragmentação incompleta do corpo de borracha;
- 1.20.5.0.2.5. Alteração no trajeto linear ao arremessar;
- 1.20.5.0.2.6. Material sem a devida nota fiscal e/ou sem a guia de tráfego com a respectiva ficha de emergência;
- 1.20.5.0.2.7. Quantidade diferente à solicitada para o objeto;
- 1.20.5.0.2.8. Constituição diversa da solicitada.

1.20.6. Nas vistorias dos materiais, serão considerados defeitos críticos todas as ocorrências e/ou irregularidades que possam, de forma direta ou indireta, alterar as características normais dos produtos, inviabilizar o uso ou estar fora das especificações exigidas.

1.20.6.1. A ocorrência de um defeito crítico implicará devolução do produto ao fornecedor para solução da irregularidade, independente da responsabilidade administrativa a ser apurada, se houver.

1.20.7. Os materiais deverão estar embalados e lacrados de forma a ficarem protegidos da ação da luz, poeira, umidade, constando visualmente nomenclatura do produto, número do lote, validade, nome do fabricante, rótulo de risco e identificação do conteúdo.

1.20.8. Os materiais a serem entregues deverão ser novos, de primeiro uso e estritamente compatíveis com as especificações constante do instrumento licitatório.

1.20.9. Todo produto cuja embalagem apresentar violação de qualquer espécie deverá ser substituído pelo fornecedor, ainda na fase de inspeção de recebimento, durante o recebimento provisório, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos a contar da notificação formal à empresa, correndo às expensas da própria empresa quaisquer custos advindos da substituição.

1.20.10. Caso os objetos sejam diferentes dos propostos ou apresentarem defeitos, serão considerados não entregues e a contagem do prazo de entrega não será interrompida em decorrência do não recebimento, arcando a empresa fornecedora com o ônus decorrente deste atraso.

1.20.11. No curso do recebimento provisório, ou mesmo após esse recebimento, em sendo identificada qualquer falha na execução, cuja responsabilidade seja atribuída à CONTRATADA, o prazo para a efetivação do recebimento definitivo será interrompido, recomendo sua contagem após serem sanadas as impropriedades detectadas.

1.20.12. São de responsabilidade da Contratada a obtenção de Autorização de Tráfego de Produtos Controlados (DFPC), seguro de carga, custos de desembaraço fiscal e todos os custos (despesas) de formalidades pagáveis até entrega do produto. A contratante

fornecerá toda a documentação de sua responsabilidade necessária à contratada para que sejam efetuados os trâmites administrativos junto ao Comando do Exército.

1.20.13. A contratada fica incumbida de apresentar o RETEX de cada produto e Certificado/Título de Registro válido.

1.20.14. O objeto deve estar acompanhado de apostila, com informações técnicas, identificando a forma de utilização e os riscos de cada produto do qual foi vencedora.

1.20.15. Por ser o DEPEN o gerenciador da FTIP, nos moldes da Portaria nº 65, de 25 de Janeiro de 2019, os materiais adquiridos exclusivamente para esse desígnio serão distribuídos entre as Unidades Penais Federais mais próximas do Estado que venha a requerer intervenção, por questão de logística interna.

DOS MATERIAIS INERTES

1.21. A licitante vencedora deverá providenciar **02 (duas) unidades de materiais inertes** de cada item licitado, para entrega nos respectivos locais, unicamente daquilo que estiver na autorização de fornecimento inicial enviada pelo DEPEN, para fins de instrução e/ou demonstração ao corpo funcional e colaboradores.

DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

1.22. O Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN, ao promover a presente aquisição, observará os preceitos do disposto na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19/01/2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e outras providências.

1.22.1. Visando perfazer o artigo 5º da Instrução Normativa nº 01 de 19 de janeiro de 2010, serão observados, quando cabível, os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, *verbis*:

"Art. 5º Os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, quando da aquisição de bens, poderão exigir os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

I – que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

II – que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

III – que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

IV – que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs)."

1.22.2. Quando o material recebido tornar-se inservível, a contratante deverá proceder com a posterior destruição, atentando-se aos arts. 92 a 95 do Decreto nº 9.493/2018.

DA GARANTIA E VALIDADE DOS MATERIAIS

1.23. Todos os itens deverão dispor de garantia mínima de 12 (doze) meses, sendo que prevalecerá a garantia oferecida pelo fabricante, caso o prazo seja superior ao exigido, o qual se inicia a partir do recebimento definitivo.

1.23.1. Entende-se por garantia, para os fins a que se destina este termo de referência, aquela destinada a remover vícios ou quaisquer defeitos de fabricação apresentados pelos produtos, compreendendo substituições, reparos e demais correções necessárias.

1.24. Durante o prazo de garantia, sem quaisquer ônus para o DEPEN, o fornecedor, por intermédio de sua matriz, filiais, escritórios ou representantes técnicos autorizados, obrigará-se a:

1.24.1. Prestar atendimento às solicitações do DEPEN, dentro de um prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar do momento da chamada, que poderá ser efetuada em dias úteis, entre 09:00 e 17:00 horas;

1.24.2. Substituir quaisquer peças ou componentes defeituosos;

1.24.3. Corrigir defeitos de fabricação;

1.24.4. Trocar o equipamento, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, a contar da data da comunicação pela Contratante, caso eventuais correções ou substituições de peças defeituosas não resolverem o problema.

1.25. No caso de produto que apresentar defeito e for substituído, a garantia será contada a partir da nova data de entrega do objeto.

1.26. O prazo para realizar os serviços de assistência técnica aos bens, compreendendo reparos e substituições de peças, obrigando-se a colocar os objetos em perfeito estado de uso ou funcionamento, será de no máximo 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da solicitação do detentor do bem.

1.27. Os materiais deverão possuir validade mínima de 60 (sessenta) meses, contados a partir da data de fabricação.

1.27.1. Fica passível de recusa qualquer objeto que esteja com a qualidade comprometida.

DO CURSO DE CAPACITAÇÃO

- 1.28. A contratada deverá providenciar, como parte da obrigação contraída através da assinatura do contrato de fornecimento do objeto do processo licitatório, capacitação de até 02 (dois) servidores por Unidade e Sede (subitem 1.20.3), indicados pela Diretoria do Sistema Penitenciário Federal, nos artigos em que se consagrar vencedora.
- 1.28.1. A Contratada deverá informar, em até 05 (cinco) dias do recebimento da autorização de fornecimento, data e local em que será realizada a capacitação, fornecendo, na mesma oportunidade, orientações sobre medidas adicionais a serem tomadas pela Contratante para o cumprimento dessa obrigação, desde que compatíveis com os termos dos documentos licitatórios.
- 1.28.2. A capacitação poderá ser realizada na fábrica da contratada, ou em local indicado por ela, desde que em território nacional, sendo todos os custos de responsabilidade da própria empresa, sem quaisquer ônus à Contratante, com exceção de diárias e passagens dos servidores.
- 1.28.3. O prazo para a realização da referida capacitação **não poderá exceder a 30 (trinta) dias**, a contar do envio da autorização de fornecimento.
- 1.28.4. Ao final da capacitação, a Contratada deverá fornecer certificado de aproveitamento e conclusão que ateste a habilitação do participante em multiplicador de técnicas de utilização de materiais de menor potencial ofensivo e agentes químicos, descrevendo, de forma pormenorizada, o conteúdo e habilidades trabalhadas, bem como o nível de aproveitamento - com validade mínima de 02 (dois) anos.
- 1.28.5. Ao final da instrução, o servidor deverá estar apto a replicar os ensinamentos no âmbito do órgão, habilitando o corpo funcional a utilizar os itens fornecidos.
- 1.28.6. Os materiais utilizados na instrução não se confundem com os que vierem a ser adquiridos por este Departamento, ficando a cargo da empresa o quantitativo adequado, sem quaisquer ônus à contratante.

2. DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. O Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) é composto de 05 (cinco) Penitenciárias Federais, a saber: Catanduvas/PR, Campo Grande/MS, Mossoró/RN, Porto Velho/RO e Brasília/DF, além da Sede do Departamento, também em Brasília/DF, possuindo aproximadamente 1.300 (mil e trezentos) Agentes Federais de Execução Penal ativos, os quais atuam principalmente nas atividades operacionais citadas no subitem 2.1.4 e participam dos cursos de capacitação continuada desenvolvidos pela Escola Nacional de Serviços Penais (ESPEN), em conjunto com a Diretoria do Sistema Penitenciário Federal (DISPF), de igual natureza em orientações específicas para habilitação em técnicas especiais operacionais e uso de equipamentos táticos.
- 2.1.1. As Penitenciárias Federais do DEPEN objetivam abrigar criminosos de alta periculosidade, que comprometam a segurança de outros detentos ou que possam vir a ser vítima de atentado dentro dos presídios estaduais, além dos que se encontram em Regime Disciplinar Diferenciado (RDD). O objetivo do Governo Federal é garantir um isolamento maior dos chefes do crime organizado e aliviar a tensão nos sistemas carcerários estaduais.
- 2.1.2. As Unidades Penais Federais são, hoje, pontos de desarticulação do crime organizado, reconhecidas pela sua relevância estratégica nos planos de segurança pública e defesa nacional instituídos pelo Governo Federal.
- 2.1.3. Além da custódia dentro dos muros das Penitenciárias, são realizadas remoções, transferências e escoltas para audiências judiciais e assistências médicas, fatos que demandam operações de alta complexidade e risco para os integrantes que as compõe. Cada Penitenciária Federal possui 208 celas e, com isso, o Sistema Penitenciário Federal pode custodiar um total de 1.040 (um mil e quarenta) presos.
- 2.1.4. Como amparo legal, o art. 123 da lei 11.907/09, com atualização pela Lei 13.327/16, encarregou o SPF das atribuições de vigilância, custódia, guarda e escolta de pessoas recolhidas aos estabelecimentos penais e de internamento federais, integrantes da estrutura do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça, *ipsis litteris*:

“Art. 123. Compete aos ocupantes do cargo de Agente Federal de Execução Penal o exercício das atividades de atendimento, vigilância, custódia, guarda, escolta, assistência e orientação de pessoas recolhidas aos estabelecimentos penais e de internamento federais, integrantes da estrutura do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça e Cidadania, e das atividades de natureza técnica, administrativa e de apoio a elas relacionadas.” (NR)

- 2.1.5. Cumpre ainda informar que o DEPEN tem grande relevância na atuação em eventos específicos nas unidades estaduais, por meio da Força-Tarefa de Intervenção Penitenciária (FTIP) e do Grupo de Ações Especiais Penitenciárias (GAEP), recentemente criados pelo órgão no âmbito de responsabilidade da DISPF.
- 2.1.6. No mérito, cumpre relatar ainda acerca do treinamento e capacitação aos integrantes da FTIP, conforme preceitua a Portaria nº 67, de 25 de Janeiro de 2019.
- 2.1.7. Ademais, a previsão legal que adveio da **Portaria Interministerial nº 4.226, de 31 de dezembro de 2010** traz em seu caput o objetivo de diminuir o índice de letalidade resultante de ações da Segurança Pública, determinando a este Departamento o uso e adaptação de suas ações com as tecnologias que visam cessar qualquer ameaça com o menor impacto possível. Abaixo transcrevo trechos pertinentes do referido ato:

*“8. Todo agente de segurança pública que, em razão da sua função, possa vir a se envolver em situações de uso da força, deverá portar **no mínimo 2 (dois) instrumentos de menor potencial ofensivo** e equipamentos de proteção necessários à*

atuação específica, independentemente de portar ou não arma de fogo.

(inexiste grifo no original)

9. Os órgãos de segurança pública deverão editar atos normativos disciplinando o uso da força por seus agentes, definindo objetivamente:

a. os tipos de instrumentos e técnicas autorizadas;

b. as circunstâncias técnicas adequadas à sua utilização, ao ambiente/entorno e ao risco potencial a terceiros não envolvidos no evento;

c. o conteúdo e a carga horária mínima para habilitação e atualização periódica ao uso de cada tipo de instrumento;

d. a proibição de uso de armas de fogo e munições que provoquem lesões desnecessárias e risco injustificado; e

e. o controle sobre a guarda e utilização de armas e munições pelo agente de segurança pública."

2.1.8. Há muitos anos, o DEPEN utiliza com sucesso os materiais de menor potencial ofensivo, sendo que, atualmente, encontram-se com estoques numéricos deficitário devido à necessária e ampliada utilização nos eventos em que resultam no restabelecimento da ordem pública, gerenciando os incidentes causados por grupos subversivos, ou em atividades de especialização/capacitação.

JUSTIFICATIVA

2.2. Os materiais de menor potencial ofensivo são essenciais para o desenvolvimento das atividades de execução penal materializadas pelo Sistema Penitenciário Federal, no âmbito das Penitenciárias Federais, e pela Força Tarefa de Intervenção Penitenciária - FTIP, de forma extraordinária e pontual em auxílio às crises nos sistemas prisionais estaduais.

2.2.1. No exercício de suas atribuições legais, e visando a manutenção da ordem, da disciplina e a preservação da integridade física dos indivíduos no ambiente prisional, o SPF prima pela utilização gradual e escalonada da força, através de aparatos que tenham maior eficácia na resolução de conflitos/distúrbios surgidos nas rotinas prisionais, com a menor incidência possível de danos físicos aos envolvidos.

2.2.2. Velamos por procedimentos menos danosos por parte do Estado e, sem o material em tela, o serviço de segurança prestado ficaria seriamente prejudicado.

2.2.3. Não obstante, as tecnologias de menor potencial ofensivo têm sido amplamente utilizadas também pela FTIP, em apoio às crises penitenciárias deflagradas nos estados, pois proporcionam melhor resolução dos movimentos de subversão e enfrentamento que nelas ocorrem.

2.2.4. A fim de que a atuação estatal possa estar em consonância com os normativos vigentes, também são oferecidos treinamentos constantes aos servidores que compõem o SPF e, agora, a FTIP, gerando o consumo adicional desses insumos e consequente necessidade de reposição.

OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.3. A presente licitação tem como objetivo proporcionar ao Sistema Penitenciário Federal e à Força-Tarefa de Intervenção Penitenciária ferramentas de menor potencial ofensivo eficazes para restabelecimento/garantia da ordem e disciplina nas penitenciárias federais e nos sistemas prisionais estaduais, nesse quando em auxílio às crises prisionais locais, a fim de assegurar o desenvolvimento das obrigações legais preconizadas pela Lei de Execução Penal e o respeito ao uso escalonado da força.

2.3.1. Ademais, proporcionar contante formação e o treinamento dos Agentes Federais de Execução Penal (AFEP's), seguindo à risca as determinações contidas na Portaria Interministerial nº 4.226, de 31 de dezembro de 2010, dos Ministérios de Estado da Justiça e da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, que estabeleceu as Diretrizes sobre o Uso Progressivo da Força pelos Agentes de Segurança Pública no âmbito do governo federal.

2.3.2. O quantitativo destinado à Capacitação Continuada visa manter os Agentes atualizados quanto ao uso correto das granadas menos letais e da prática em situações críticas, **minimizando riscos de acidentes** ou a utilização de armas e/ou equipamentos letais.

2.3.3. O AFEP é qualificado e treinado para o uso adequado da tecnologia, inserida nos postos de serviço e de fundamental importância ao Plano de Defesa das Unidades Penais Federais. A falta do material em questão acaba por fragilizar drasticamente a segurança do ambiente prisional.

2.3.4. Os instrumentos de menor potencial ofensivo (menos letais), que têm sua aquisição prevista em normativos legais, são imprescindíveis, consoante constata-se nos 13 (treze) anos de existência do SPF. Salienta-se que o uso dessa tecnologia nos dias atuais é o mais recomendável a ações de Segurança Pública, uma vez que visa preservar a vida e a integridade física.

2.3.5. Por fim, tal aquisição vem cumprir a meta do Planejamento Bianual do DEPEN em manter a instituição munida de meios adequados a fazer frente às demandas Constitucionais dentro da filosofia dos Direitos Humanos no uso racional, inteligente, diferenciado e proporcional da força, utilizando-se de recursos tecnológicos e de menor potencial ofensivo para o cumprimento da lei.

ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES